



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03 2022 - MTBX COMÉRCIO DE
BRINDES LTDA/2022**

ARP nº 03/2022

PROCESSO nº. 0002794-97.2021.6.22.8000 - SEI

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 26/2021(SRP)

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, LOPES (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **MTBX COMERCIO DE BRINDES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **38.162.761/0001-12**, com sede a Rua 29 de Julho, 1440, Bairro Itaíba, Concórdia – SC - CEP 89707-044. Telefone(s): (49) 3030-0352 e E-mail(s): licitacaomtbx@gmail.com, neste ato representada por **MATEUS LUIZ SCHAEFER**, LOPES (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

Dados do órgão Participante desta ARP:

ÓRGÃO:	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ACRE
SIGLA DO ÓRGÃO	CBMAC
CNPJ	63.592.323/0001-31
UASG:	462428
ENDEREÇO:	Estrada da Usina, 669, - Bairro Morada do Sol, Rio

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Branco/AC, CEP 69.901-097
RESPONSÁVEIS:	CARLOS BATISTA DA COSTA – Coronel QOBM (Comandante Geral do CBMAC); DYEGO RIBEIRO DA SILVA VIEIRA - Tenente QOBMEC (Subdiretor de Lojista, Patrimônio e Finanças)
TELEFONE:	(68) 3215-4700 / (68) 99932-7515
E-MAIL:	COMPRASDLPF.BOMBEIROS@GMAIL.COM

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unid.	Preço Unit. (R\$)	Qtd. TRE/RO	Qtd. CBMAC	Preço Total (R\$)
01	Item 07 do Edital. CANETA ESFEROGRÁFICA PERSONALIZADA EM 01 COR; com tinta na cor azul; corpo na cor branca com arte a ser definida e tampa colorida, que contenha orifício milimétrico para suspiro; com ponta metálica de 1.0 mm e esfera de tungstênio; escrita média; com tampo de fundo não roscável; com tampa antiasfixiante e haste. Validade permanente. Marca: MTBX Brindes. Prazo de entrega: Primeira versão para aprovação (boneca/ amostra), deverá ser entregue no TRE-RO no prazo de até 10 (dez) dias corridos a contar do	Unid.	0,94	30.000	-	28.200,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	recebimento da arte gráfica. O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 30 (trinta) dias corridos após aprovação da primeira versão (boneca/amostra). Acondicionadas em caixas com 50 unidades. (Cód.32859).					
02	Item 08 do Edital. Caneta Esferográfica Material: Papel Reciclado, Material Ponta: Plástico Com Esfera De Tungstênio, Tipo Escrita: Grossa, Cor Tinta: Azul, Características Adicionais: Personalizada em 01 cor Conforme Modelo. para atender o CBM-AC. Marca: MTBX Brindes.	Unid.	1,30	-	15.000	19.500,00
	Valor total da ARP, R\$					47.700,00

1.2. No Anexo II do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais deve obedecer ao estabelecido no Termo de Referência respectivo, anexo do Edital de Licitação, resumido no quadro acima.

1.5. O material do TRE-RO deve ser entregue na Seção de Almoxarifado – SEALM do TRE-RO, sito à Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa União – Porto Velho/RO - CEP: 76.805-859, mediante prévio agendamento por meio do telefone: (69) 3211-2092/ 2051/ 2000, e deverá ser realizada



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

em dia útil, dentro do horário de expediente. O material do CBM-AC deve ser entregue no endereço desse órgão partícipe desta licitação.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. No TRE-RO, a Gestão do presente contrato será realizada pela Seção de Almoxarifado deste Tribunal (SEALM) e a Fiscalização desta contratação será realizada pelo titular da unidade requisitante (EJE, COMAP, SEALM, COMISSÃO DO PROGRAMA MESÁRIO VOLUNTÁRIO), ou por quem suas vezes fizer, cabendo ao Gestor e aos Fiscais respectivos, nessas condições, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

1.9. No anexo I deste instrumento consta a empresa componente do cadastro reserva para o item desta ARP (art. 11, inciso II e §1º, do Decreto 7.892/2013).

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 20 de janeiro de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES

Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador

Fábia Maria dos Santos Silva

CPF: 567.849.102-49

Testemunha

ANEXO I



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ARP nº 03/2022

PROCESSO nº. 0002794-97.2021.6.22.8000 - SEI

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 26/2021(SRP)

FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

Em obediência ao disposto no art. 11, inciso II e §1º, do Decreto 7.892/2013, segue, abaixo, relação dos licitantes remanescentes que aderiram ao cadastro de reserva para a ARP supramencionada, consistente no aceite em atender o item a seguir indicado, com preços iguais aos do licitante vencedor, consoante registrados neste instrumento e na proposta da adjudicatária, e conforme se constata por meio da anuência incluída na Ata de Formação de Cadastro Reserva respectiva, a qual se encontra juntada no Processo Administrativo referido, a seguir detalhado:

<i>Item da ARP</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>	<i>FORNECEDOR QUE ADERIU AO CADASTRO RESERVA DESTE CERTAME</i>
01	<i>Item 07 do Edital.</i> CANETA ESFEROGRÁFICA PERSONALIZADA EM 01 COR; com tinta na cor azul; corpo na cor branca com arte a ser definida e tampa colorida, que contenha orifício milimétrico para suspiro; com ponta metálica de 1.0 mm e esfera de tungstênio; escrita média; com tampo de fundo não roscável; com tampa antiasfixiante e haste. Validade permanente. Marca: MTBX Brindes.	Empresa: AMIR IBRAHIM MOHAMED RAMADAN CNPJ: 20.426.511/0001-87



Documento assinado eletronicamente por **MATEUS LUIZ**

SCHAEFER, Usuário Externo, em 21/01/2022, às 10:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 25/01/2022, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 25/01/2022, às 14:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 25/01/2022, às 15:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0782348** e o código CRC **6A2202D4**.

0002794-97.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0002794-97.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP)

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 26/2021 –Eventual aquisição de brindes (camisetas, bonés e canetas personalizados) - Demanda dos programas MESÁRIO VOLUNTÁRIO, PATRULHA ELEITORAL e COLABORADORES, ambos mantidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia para atender demanda no pleito eleitoral de 2022.

PARECER JURÍDICO Nº 9 / 2022 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Material e Patrimônio deste Tribunal, no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

qual se busca a formação de registro de preços com vistas à eventual aquisição de **camisetas, bonés e canetas personalizados** para atender demanda dos programas **MESÁRIO VOLUNTÁRIO e PATRULHA ELEITORAL**, ambos mantidos por este Tribunal, além da uniformização dos colaboradores que atuarão nas **Eleições Gerais de 2022**, conforme relatado na Solicitação de Contratação, evento [0731024](#), na qual a COMAP solicita autorização para elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência da pretensa contratação.

02. Após regular tramitação, juntou-se aos autos a minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos ([0760167](#)), a qual logrou aprovação por esta unidade, por meio do Parecer Jurídico nº 204/2021 - PRES/DG/AJDG ([0760202](#)), convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 26/2021 ([0762706](#)).

03. Os documentos comprobatórios da divulgação do instrumento convocatório foram juntados no evento [0762707](#).

04. Foi apresentado somente 1 (um) pedido de esclarecimento intempestivo ([0766533](#)) e não houve impugnação ao Edital.

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Relatório de propostas ([0779088](#));

b) Propostas das licitantes MARIA ELIZABETH MOURA MORALES CONFECÇÕES EIRELI ([0767330](#)), BETBI INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES E BRINDES EIRELI EPP ([0767331](#)), NEX TEXTIL ROUPAS E ACESSÓRIOS LTDA ([0767333](#)), TARGET BONES E SERIGRAFIA EIRELI ([0767335](#)), PAULO LUCAS JUNIOR – ME ([0767336](#)), MTBX COMÉRCIO DE BINDES LTDA ([0779102](#)) e N. S. KARYDI EIRELE ([0779104](#));

c) Solicitação da unidade técnica - COMAP - para apresentação de amostras ([0767545](#)), e a Informação 103/2021 – PRE/DG/SAOFC/COMAP ([0771555](#)), Informação nº 106/2021 – PRES PRE/DG/SAOFC/COMAP ([0772696](#)), Informação nº 107/2021 – PRES PRE/DG/SAOFC/COMAP ([0774530](#)) e Informação nº 1/2022 – PRES PRE/DG/SAOFC/COMAP ([0779012](#)), todas sobre a análise das amostras apresentadas pelas licitantes;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) documentos de habilitação das empresas que tiveram suas propostas aceitas ([0779110](#), [0779112](#) e [0779114](#)).

06. Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0779130](#)), o Resultado por Fornecedor ([0779134](#)), o Termo de Adjudicação ([0779132](#)) e o Resultado de Licitação publicado ([0779811](#)).

07. Por fim, em seu Relatório nº 2/2022 – PRES/DG/SAODC/COMAP/SLC ([0779218](#)), o pregoeiro relata as principais ocorrências da competição.

08. Assim, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0779223](#)). **É o breve e necessário relato.**

II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2021

09. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto ([0762707](#)).

10. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

11. Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital:
Foi apresentado 1 pedido de esclarecimento intempestivo, porém respondido pelo Pregoeiro ([0766533](#)). Não houve impugnação.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) **Lances:** Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0779088](#)) e na ata do certame ([0779130](#)). Não houve recusa de lances;

d) **Fase de negociação/aceitação:** Todas as ocorrências foram registradas, anotadas no subitem 5.3 do Relatório nº 2/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0779130](#)). Desse modo, as justificativas demonstram que o pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório;

e) **Cancelados na aceitação:** Sim. Os itens 3 e 4 restaram fracassados;

f) **Item deserto:** Não houve;

g) **Fase de Habilitação:** Analisados os documentos habilitatórios, o Pregoeiro declarou habilitados os licitantes MTBX COMERCIO DE BRINDES LTDA ([0779110](#)) para os itens 7 e 8; N. S. KARYDI EIRELI ([0779112](#)) para os itens 1 e 2; e TARGET BONES E SERIGRAFIA EIRELI ([0779114](#)) para os itens 5 e 6.

h) **Recursos:** Não houve intenção de recurso.

12. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às empresas vencedoras.**

13. É importante registrar que, mesmo restando fracassados alguns itens na licitação, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0779130](#)).

14. Destarte, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

15. Pois bem, os itens 3 e 4 restaram fracassados, pois os licitantes apresentaram propostas com valores acima do estimado ou não apresentou amostras. Desta forma, para resolução do fracasso da licitação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação.

16. Caso não haja prejuízo, em razão da demora, de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a repetição do certame. Nesse caso específico a COMAP deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas por esta unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma, será analisada a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93**.

17. De outra parte, se a Administração concluir que a repetição do certame não é vantajosa e que pode ocasionar nova frustração, postergando ainda mais o início da prestação dos serviços, além de importar em antieconomicidade, **poderá opinar pela contratação direta de seu objeto com fundamento no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas.

18. Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal**, que estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas**.

19. O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens **fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que “**não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar**” ou, ainda, aquele que “**formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta**, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93” (sem grifo no original).

20. A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa citada, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/1993,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

21. Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

22. Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) inevitabilidade do prejuízo mediante contratação direta e;
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

23. Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

24. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame.** De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**

III – DA CONCLUSÃO

25. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0779132](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

26. Reafirmar-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.

27. Por derradeiro, a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 14/01/2022, às 15:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 14/01/2022, às 15:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0780416** e o código CRC **68EF027A**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0002794-97.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0002794-97.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP)

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico nº 26/2021 – Formação de Registro de Preços – Eventual aquisição de brindes (camisetas, bonés e canetas personalizados) - Demanda dos programas MESÁRIO VOLUNTÁRIO, PATRULHA ELEITORAL e COLABORADORES, mantidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia para atender demanda no pleito eleitoral de 2022.

DESPACHO Nº 44 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP) deste Tribunal, no qual se busca a formação de registro de preços com vistas à eventual aquisição de **camisetas, bonés e canetas personalizados** para atender demanda dos programas **MESÁRIO VOLUNTÁRIO e PATRULHA ELEITORAL**, ambos mantidos por este Tribunal, além da uniformização dos colaboradores que atuarão nas **Eleições Gerais de 2022**, conforme relatado na Solicitação de Contratação (evento [0731024](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas a homologação do Pregão Eletrônico SRP nº 26/2021 ([0762706](#)).

Houve um pedido de esclarecimento intempestivo, porém respondido pelo Pregoeiro ([0766533](#)). Não houve impugnação ao edital.

O pregoeiro trouxe aos autos relatório de propostas ([0779088](#)), a Ata do Certame ([0779130](#)), resultado por fornecedor ([0779134](#)), termo de adjudicação ([0779132](#)) e a comprovação de sua publicação no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral ([0779811](#)). Por fim juntou o Relatório nº 2/2022 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0779218](#)), expondo as principais



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ocorrências do certame e encaminhou os autos à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0779223](#)).

No dia e horário agendados, o Pregoeiro iniciou a operação da Sessão Pública deste Pregão Eletrônico. Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitadas as licitantes N. S. KARYDI EIRELI, CNPJ 24.728.467/0001-10, para os itens 01 e 02 ([0779112](#)); MTBX COMERCIO DE BRINDES LTDA, CNPJ 38.162.761/0001-12, para os itens 07 e 08 ([0779110](#)); e TARGET BONES E SERIGRAFIA EIRELI, CNPJ 07.849.277/0001-32, para os itens 05 e 06 ([0779114](#)).

Não houve registro de intenção de recurso.

A Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0779132](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos, ou ainda, se assim convier, a construção de um novo certame para os objetos dos itens fracassados (Parecer Jurídico n. 9/2022 - evento [0780416](#)).

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Observa-se que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0779130](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO SRP n. 26/2021**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0779132](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À COMAP, para se manifestar sobre a contratação direta dos itens 1 e 3 (fracassados), com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, **demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**, cadastramento dos itens específicos no Sistema



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos ou pela realização de novo certame para aquisição futura.

A unidade solicitante deverá investigar as causas pelas quais a disputa não logrou êxito, com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto, conforme mencionado no item 27 do Parecer Jurídico n. 9/2022 ([0780416](#)).

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 18/01/2022, às 15:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0780927** e o código CRC **0359CB33**.